



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING IMPRESSO

14/05/2017

INDICE

1. COORDENADORIA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE	
1.1. JORNAL EXTRA.....	1
2. DECISÕES	
2.1. JORNAL PEQUENO.....	2 - 4
3. DESEMBARGADOR	
3.1. JORNAL A TARDE.....	5
4. INSTITUCIONAL	
4.1. JORNAL ATOS E FATOS.....	6 - 7
5. UNIDADES ADMINISTRATIVAS	
5.1. JORNAL O IMPARCIAL.....	8

Magistrados do TJMA são homenageados na Câmara Municipal de Timon

Em solenidade na manhã desta sexta-feira (12), a Câmara Municipal de Timon concedeu a Medalha do Mérito Legislativo ao desembargador do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), José Bernardo Rodrigues, e o Título de Cidadão Honorário Timonense ao desembargador Raimundo Barros e ao juiz Paulo Roberto Brasil Teles de Meneses (1ª Vara Cível de Timon). O evento, que também homenageou outras autoridades, ocorreu no Plenário Deputado José Ribamar Elouf, na Câmara Municipal (Av. Paulo Ramos, s/n, Centro).

Os nomes dos magistrados foram aprovados pelo Plenário da Casa em novembro de 2016, após indicação do vereador Luiz Firmino de Sousa Neto, o “Tuá”, que ressaltou os serviços prestados por eles à comunidade local, ao longo

de suas trajetórias no sistema de Justiça.

O parlamentar ressaltou o trabalho do desembargador José Bernardo Rodrigues enquanto juiz na comarca, atuando na prisão de criminosos na região e na regularização de eleições, ainda muito lembrado pela população da cidade. “Destacamos ainda o bom trabalho do juiz Paulo Roberto Brasil, principalmente na aproximação com os jovens da comunidade local, assim como a contribuição do desembargador Raimundo Barros para o bom andamento e os resultados das últimas eleições municipais”, frisou.

Luiz Firmino de Sousa também elogiou o trabalho do desembargador Jamil Gedeon, que também receberia a Medalha do Mérito Legislativo, mas não pôde comparecer à solenidade em razão do estado de saúde de sua mãe. De acordo com

o vereador, quando Jamil Gedeon atuou na comarca como promotor de Justiça, contribuiu para a melhoria da situação sanitária da cidade, com a fiscalização e interdição de matadouros irregulares. Os membros da Casa manifestaram votos pela pronta recuperação da mãe do magistrado.

O desembargador Raimundo Barros disse sentir-se reconhecido por sua relação profissional com a cidade e com a região, pelos serviços prestados enquanto juiz e membro do Tribunal Regional Eleitoral (TRE), a exemplo do recadastramento biométrico que coordenou em Timon. “É uma honra receber esta deferência pela qual a comunidade e o Legislativo reconhecem nosso trabalho”, agradeceu.

O desembargador José Bernardo Rodrigues agradeceu à Casa Legislativa pelo reconhecimento, lembrando sua relação com

a região e citando as pessoas que o apoiaram na realização do trabalho, ressaltando que seu objetivo sempre foi servir à sociedade no cumprimento de seu dever, enquanto agente público a serviço do povo. “Na democracia, todos temos responsabilidades, tanto as pessoas da comunidade quanto os agentes públicos, sem pretender explorar ou tirar vantagens”, ressaltou.

O juiz Paulo Roberto Brasil manifestou sua grande estima em tornar-se cidadão timonense, onde chegou há quatro anos, com a responsabilidade de enfrentar novos desafios e representar o Tribunal em uma relevante comarca. “No pouco tempo que estive em Timon, busquei oferecer o melhor para a comarca e o jurisdicionado. Estou muito agradecido pelo reconhecimento destes que são os representantes do povo”, salientou.

Com investimentos, Governo do Maranhão mantém-se no topo da Escala Brasil Transparente

Esta semana, o Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União (CGU) divulgou a 3ª edição da Escala Brasil Transparente. No ranking, mais uma vez o Maranhão obteve nota máxima e se manteve no topo da Escala. A nota dez recebida pela Transparência do Governo do Maranhão confirma a atual vocação do Maranhão no setor de máxima transparência.

A posição de destaque é fruto dos investimentos do Governo do Estado no setor, que começou ainda em 2015 com a instalação da Secretaria de Transparência e Controle (STC) para a ampliação do controle interno e da transparência administrativa. A partir disso, outros meios de controle social foram implantados, como a Ouvidoria Geral do Estado (OGE/STC) e dos balcões do Serviço de Informação aos Cidadãos (SICs) amplos e

irrestritos aos cidadãos.

No âmbito legal, o principal avanço do Governo do Maranhão para a transparência foi a regulamentação da Lei de Acesso à Informação pela Lei Estadual da Transparência, como é conhecida a Lei Estadual nº 10.217/15. Com a regulamentação, passou a ser garantido o acesso a informações perante órgãos públicos integrantes da administração direta dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, do Tribunal de Contas do Estado e do Ministério Público do Estado do Maranhão; assim como informações públicas sobre autarquias, fundações públicas, empresas públicas, sociedades de economia mista e demais entidades controladas direta ou indiretamente pelo Estado do Maranhão. O projeto de lei foi encaminhado à Assembleia Legislativa pelo governador Flávio Dino ainda no início de

2015 e aprovado e sancionado logo em seguida.

O Governo do Maranhão, por meio da STC, nomeou e capacitou 33 novos auditores concursados, dobrando assim o quadro da Secretaria Adjunta de Controle Interno (SEACI/STC), adquiriu novos computadores para dar suporte ao novo quadro técnico da Secretaria, e, como medida de integração, a Corregedoria-Geral do Estado (COGE/STC) foi incorporada à STC.

Para deixar para trás todos os resquícios de transparência seletiva, foram retirados do Portal da Transparência todos os filtros indevidos ainda em 2015. No final de abril deste ano, o Portal foi modernizado e a ferramenta de exposição das receitas, gastos e informações públicas passou a contar com informações elencadas de forma didática, melhorando

a navegabilidade e a fruição dos usuários.

Para garantir a alta performance e a constante evolução do novo Portal da Transparência, a equipe da Secretaria Adjunta de Transparência (SEATRAN/STC) tem desenvolvido sistemas para garantir maior eficácia ao controle interno, como o sistema de supremacia para tomadas de conta (Suprema), o sistema de cadastro de contratos administrativos e aditivos (Contratta) e o sistema de agenda de eventos do Governo (Agenda da Gente). Além disso, a SEATRAN/STC mantém comunicação direta com a Secretaria Adjunta de Tecnologia da Informação da Secretaria de Estado de Governo (SEATI/SEGOV) e com a Contadoria Geral da Secretaria de Estado do Planejamento e Orçamento (SEPLAN), tanto para a manutenção do Portal, quanto

para o desenvolvimento de novos produtos que garantem mais transparência.

E buscando aproximar o controle interno de outros órgãos de controle, foi criada a Secretaria Adjunta de Apoio Institucional (SAAI-STC), que tem permitido aproximação do corpo de auditores e corregedores com o Tribunal de Contas do Estado e com o Ministério Público, inclusive firmando termos de cooperação técnica. A Transparência também é signatária da Rede de Controle da Gestão Pública do Maranhão, e tem sido presente nas dezenas de capacitações cidadãs realizadas ao longo dos dois anos de existência da STC.

Também merece destaque o fato de que, desde sua criação até hoje, a STC trabalha para que a orquestra da transparência e do controle sejam tocados sob o mesmo tom em todas as secreta-

rias e órgãos do Governo do Maranhão. Para isso, a Transparência do Governo do Maranhão tem realizado capacitações permanentes aos servidores estaduais nos temas que tangem a transparência administrativa, como tomada de contas, processos administrativos, utilização de sistemas internos e demais treinamentos de gestão de serviços de ouvidoria e acesso à informação.

“A transparência administrativa é uma marca indelével do Governo do Maranhão desde a criação da Secretaria de Transparência e Controle”, atestou o secretário de Transparência, Rodrigo Lago. “Com os investimentos realizados e a dedicação dos servidores da STC, os controles interno e social foram fortalecidos, prevenindo e combatendo a corrupção. Quem ganha é o cidadão”, finalizou o secretário.

ESCUA ESPECIAL

PGJ recebe integrantes do Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude

O procurador-geral de justiça, Luiz Gonzaga Martins Coelho, recebeu, na tarde desta terça-feira, 9, os promotores de justiça integrantes do Grupo de Escuta Especial, do Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude (CAOp-IJ). Os promotores de justiça entregaram, na ocasião, a Nota Técnica elaborada pelo grupo.

O Grupo de Escuta Especial foi criado em 2015, por uma portaria assinada pela então procuradora-geral de justiça, Regina Lúcia de Almeida Rocha. Em 2016, em uma nova portaria, Luiz Gonzaga Coelho alterou a composição do grupo, aumentando o número de integrantes.

O objetivo do grupo foi conhecer as diferentes formas de oitiva especial de crianças e adolescentes, como forma de subsidiar a atuação do Ministério Público, primando pelo melhor interesse infanto-juvenil por meio de um atendimento mais especializado.

A Nota Técnica elaborada pelo grupo aponta a “necessidade de se criar mecanismos para evitar a chamada vitimização secundária. Especialmente quando da oitiva repetitiva em diferentes locais, por diferentes profissionais, levando aos envolvidos reviver reiteradamente a situação de violência de forma traumá-



Procurador-Geral Luiz Gonzaga Coelho recebeu Nota Técnica elaborada pelo Grupo de Escuta Especial

tica”.

O documento também traz algumas sugestões, que foram levadas ao procurador-geral de justiça. Uma delas é que o chefe da instituição trate com o Tribunal de Justiça a respeito do disciplinamento do compartilhamento do uso das salas de depoimento especial para as investigações do Ministério Público e Polícia.

Outra sugestão é a de que o procurador-geral de justiça provoque o Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente para a edição de uma resolução que discipline as normas gerais, no estado, sobre a escuta especializada

como procedimento de entrevista sobre situações de violência com crianças e adolescentes.

Sugeriu-se, ainda, que a Escola Superior do Ministério Público ofereça de forma permanente capacitações e treinamentos para membros e servidores da instituição sobre a oitiva de crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de crimes.

Participaram da elaboração da nota técnica os promotores de justiça Sandro Carvalho Lobato de Carvalho (coordenador do CAOp-IJ), Michelle Adriane Saraiva Silva Dias, Márcio Thadeu Silva Marques (integrantes do

CAOp-IJ), Aline Silva Albuquerque, Eduardo André de Aguiar Lopes, Érica Ellen Beckman da Silva, Eveline Barros Malheiros, Francisco de Assis da Silva Jr., Gabriele Gadelha de Almeida, Hagamenon de Jesus Azevedo, Júlio Aderson Borralho Magalhães, Karini Kirmis Viegas, Lúcio Leonardo Froz Gomes e Marina Carneiro Lima de Oliveira.

Também participaram a assessora jurídica do CAOp-IJ, Carla Costa Pinto; a assessora técnica do CAOp-IJ, Naisandra Mota Silva; e Ronnedy Santos de Carvalho, assessor de promotor de justiça.

(REDAÇÃO: RODRIGO FREITAS (CCOM-MPMA))

ERA ELE MESMO, O ANANIAS



CARLOS
GASPAR
EMPRESÁRIO

Domingo passado, acompanhado de amigos, tomava eu a primeira refeição do dia, em um Café bem frequentado, próximo ao prédio onde resido. Em dado momento, um dos presentes me questionou a ausência de Ananias em minhas crônicas. Logo percebi que, talvez tanto quanto eu, aquele conviva conhecia de perto o meu colega de infância, de escola, de juventude e de todos os anos seguidos, até o dia de hoje. Pensei em indagar-lhe dessa sua ligação com o Ananias, que eu desconhecia, mas foi logo explicando que sua admiração recaía mesmo era sobre o Ananias das minhas crônicas e nunca o vira pessoalmente. Cheguei, então, à conclusão de que estava ali, naquele café, um dos meus imaginários leitores.

Se o Ananias há muito não tem tido destaque nas minhas crônicas, tal como ele merece, é porque o meu companheiro de mais de seis décadas tomou um sumiço de fazer dó, sem comigo se aconselhar e nada me dizer. E como já o conheço de perto, fico sempre confiante de que a qualquer momento ele dará sinal de vida, justificando sua ausência, como o faz costumeiramente. Ai, então, nessa renovada circunstância, passaremos a limpo as nossas dúvidas e as novidades surgidas, para acertarmos o passo em uma conversação bastante longa.

Após quase meia hora à porta do Café, onde costumamos arrematar nossas conversas e espichar os olhos sobre as pessoas que ali adentram, despedi-me de todos e busquei minha residência, a matutar sobre o que deveria eu fazer no resto da manhã daquele domingo. Nem bem me aproximo do prédio em que moro e vejo alguém, que não me pareceu estranho, a conversar com o porteiro. Deus do céu! Era ele mesmo, o Ananias, certamente a procurar por mim e eu logo me apressei, visando a facilitar o seu cumprimento protocolar de acesso ao condomínio.

A despeito de não ter tido boa impressão quanto ao aspecto físico do meu amigo, ainda assim, confesso, fiquei contente ao vê-lo e, em seguida, mantive-me paciente em ouvi-lo, tantos os aborrecimentos que ultimamente acumulara, adiantou-me logo, ao perceber minha expressão interrogativa. Explosivo

no temperamento, mas introspectivo nos seus sentimentos, poucas pessoas além de mim o conhecem em sua integridade humana de corpo e alma. Por isso mesmo esforço-me para que em nossas conversas prevaleça o espírito desarmado e o nosso diálogo, assim, ocorra espontaneamente natural de duas pessoas verdadeiramente amigas, embora de temperamentos diferentes.

Pois bem, nem sei ao certo como ou por onde Ananias começou a contar seus desabafos, já em meu apartamento, degustando um saboroso doce de coco, de aspecto e sabor à moda antiga, que a Antônia, exigente na canela e no cravinho, se esmera em prepará-lo. O certo é que o meu amigo, já repetindo a dose da iguaria, que por certo o acalmou, disse-me haver sido vítima de uma espécie de “assalto à caneta armada”, ensejando-lhe a perda de cerca de cem mil reais. Dinheiro muito, resultado de anos de trabalho, uma vida de sacrifícios, para ver escapar pelos ralos do infortúnio. Mas, que fazer? Ordem superior, de autoridade, tinha de ser obedecida pelo banco. Não de um “juizeco”, no palavreado chulo e inaceitável do Senador Renan Calheiros, mas de um magistrado respeitável que, talvez por uma questão de hermenêutica jurídica, tenha decidido a favor do autor da ação, atropelando o rigor do processo.

Sem qualquer questionamento, determinei-me a deixar esse assunto de lado, acenando à minha visita com a esperança de que o quadro poderá reverter-se, pois há ainda instâncias superiores que sobre ele decidirão em definitivo. E fui logo comentando acerca dodepoimento que Lula iria fazer perante a Justiça Federal. Sabia que era um tema empolgante para o Ananias, capaz de desviá-lo de qualquer outro, para dar vezo à sua paixão política de antiesquerdista.

Hoje importa pensar mais no Brasil, no momento inexplicável que estamos vivendo, com a sociedade brasileira colocada em estado de confronto, no sentido de que as ideias são postas de lado, enquanto os insultos e as agressões pessoais prevalecem como instrumento de divisão do povo deste país. Ao brasileiro, individual e familiarmente, cabe repensar o seu futuro, o seu destino, mais ainda porquanto surge à nossa frente um novo El Dorado, Portugal, a nos servir de exemplo e a nos acolher.

Percebi que o Ananias já se achava inquieto, dando a entender que precisava despedir-se, conquanto não houvéssemos conversado o suficiente para colocarmos em dia todo um repertório acumulado de alguns meses. Interessado em trazê-lo com maior frequência ao meu convívio, lembrei-me de convidá-lo para uma outra visita, com brevidade, em meu apartamento, para saborear novamente o inigualável doce de coco feito pela Antônia. Ou, então, para participar do nosso café da manhã, aos domingos, oportunidade em que todos falam de tudo e, ao final, ninguém mais se lembra da vida dos que ali entraram e saíram para a primeira refeição do dia.

Ainda ré

A ex-governadora Roseana Sarney Murad (PMDB), conseguiu, na sexta (12), a confirmação do desbloqueio de seus bens, pelo TJ-MA, no âmbito do chamado “caso Sefaz”.

Mas Roseana ainda é ré no processo que corre na 8ª Vara Criminal de São Luís. O caso é de responsabilidade da juíza Oriana Gomes.

- Por aqui, dentre outros assuntos palpitantes, como a prisão e, dias depois, a liberação de Pacovan, deu também o que falar a decisão das Câmaras Criminais reunidas que manteve o desbloqueio dos bens da ex-governadora Roseana Sarney, notícia divulgada em primeira mão e com exclusividade por **O INFORMANTE (JP online)**!!! A propósito, um jurista mandou para o Dr. Pêta a seguinte consideração!!! “A confirmação da liberação dos bens de Roseana, bloqueados no ‘bojo’ de uma ‘afanação’ de quase meio bilhão de reais, mostrará para quem a vela está sendo acesa!!! Se houver recurso, a vela é pra mais de metro; se recorrer e não der notícia, é uma daquelas de Sete Dias!! Vai se juntar a ‘mestre Bitá’, que acende um mosaico para os mesmos ‘milagreiros’!!!
- Já no ‘Caso Pacovan’, o juiz que prorrogou a prisão temporária, mas não decretou a preventiva, do “suposto agiota” (e sua ‘tchurma’), como o próprio magistrado fez questão de escrever em seu despacho, divulgou nota explicando sua decisão, como se fosse uma coisa banal..., e até estranhando a repercussão do fato, também noticiado com exclusividade por **O INFORMANTE (JP online)**, ainda na noite de sexta-feira!!! Sim, mas o ‘certo’ é que a decisão do nobre magistrado evitou que Pacovan delatasse!!! Bastariam uns dias a mais de cadeia e ele falaria muita coisa importante!!! E parece estar justamente aí o X da questão!!! Sensibilidade é algo que não se aprende..., está na essência!!! Corrupção implica a existência de crimes infames!!! Basta lembrar uma criança faminta na escola, sem poder pensar por que lhe tiraram a fonte de colorias!!! Pacovan e seus cúmplices fazem exatamente isso: é a força do mal que arranca a voz de crianças!!! Essa decisão alimenta a força com que ele faz isso!!! Imperdoável!!!

OS BENS DE ROSEANA

A ex-governadora Roseana Sarney teve os seus bens desbloqueados pelo Tribunal de Justiça do Maranhão. O fato nos leva a desacreditar na possibilidade de políticos influentes serem condenados pelos crimes que teriam cometido. A liberdade parcial concedida a vários condenados pelo juiz Sergio Moro nos indica, mais uma vez que os processos contra poderosos quase sempre correm rapidamente e os despachos, geralmente, são favoráveis a eles. Enquanto isso, causas de interesse de pessoas humildes duram até quinze anos para merecerem a atenção de um juiz, de um desembargador ou de ministros que se utilizam dos “favores da lei” para justificar suas decisões. É revoltante!